

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Negociações Internacionais.

Período de Análise: 01/12/2016 a 31/12/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Simpósio reúne América Latina e Caribe. Waleska Barbosa. Site do MMA, 04/10/2016.....	3
Acordo de Paris atinge adesão mínima necessária e entra em vigor em 30 dias. Giovani Giradi. O Estado de São Paulo, 05/10/2016.	5
Brasil e Argentina estreitam relação no mercado de trigo. Fernando Lopes. Valor Econômico, 14/10/2016.....	7
Brasil e Índia assinam acordos na área de pesquisa agropecuária. MAPA, 17/10/2016.....	9
Brasil negocia para entrar em novos mercados japoneses. MAPA, 18/10/2016.....	9
Estados Unidos abrem mercado a ovos férteis de peru do Brasil. MAPA, 19/10/2016.	10
Mercado mundial precisa valorizar mais os alimentos brasileiros, diz ministro interino. MAPA, 19/10/2016.....	10
O desafio do clima: Acordo de Paris entra em vigor em novembro. Júlio César Centeno. Carta Maior, 24/10/2016.	11
Ministro fala sobre sustentabilidade da agropecuária brasileira para embaixadores de 21 países. MAPA, 26/10/2016.	15
Governo brasileiro participa de diálogo com o Japão para atrair investimentos em infraestrutura. MAPA, 27/10/2016.	15

Simpósio reúne América Latina e Caribe. Waleska Barbosa. Site do MMA, 04/10/2016.

MMA participou de evento que debateu Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a importância da troca de experiências para desenvolvê-los.

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, destacou, nesta terça-feira (04/10), a importância do compartilhamento de boas práticas para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Propostos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano passado, os ODS devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030.

“A cooperação internacional e Sul-Sul têm um papel importante para a construção de um mundo em que os padrões de produção, consumo e uso de recursos naturais sejam sustentáveis e a aplicação da tecnologia leve em consideração seus efeitos sobre o clima. Ainda, em que se respeite e faça uso judicioso da biodiversidade em um planeta resiliente, onde a humanidade viva em harmonia com a natureza e, todos os seres vivos sejam protegidos”, afirmou.

Sarney Filho participou, na manhã desta terça-feira, em Brasília, da abertura do Simpósio Regional: Enfoque Integrado para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e Caribe, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em parceria com o MMA. A iniciativa integra o projeto Enfoque Integrado para Sustentabilidade Ambiental no Planejamento do Desenvolvimento, desenvolvido pela agência com recursos brasileiros.

DESAFIOS

“Trata-se de apoiar os países da América Latina e do Caribe e destacar as ações em curso na região para fazer frente aos desafios que estabelecem a promoção do desenvolvimento sustentável a partir de um enfoque integrado, que incorpore de forma equilibrada as dimensões ambiental, social e econômica”, destacou Sarney Filho.

De acordo com o ministro, o mundo não suporta mais o modelo de desenvolvimento atual e é fundamental que o modo como as sociedades produzem e consomem bens e serviços seja transformado. “Devemos trilhar o caminho da prosperidade, da inclusão e do bem-

estar rumo a economias de baixo carbono e enfrentar os desafios das mudanças climáticas em linha com os compromissos assumidos no Acordo de Paris e desenhados na Rio +20”.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Sarney Filho disse que as experiências escolhidas para o Simpósio apontam a direção a seguir e que os debates permitirão vislumbrar possíveis iniciativas de cooperação Sul-Sul, entre os países da região e até de fora das Américas. “Essas experiências abordam temas diversos, das diferentes esferas governamentais. Além disso, demonstram a engenhosidade, o espírito de cooperação e, sobretudo, a vontade política de tornar realidade o paradigma de desenvolvimento cunhado nas grandes conferências ambientais”.

O ministro acredita em um desenvolvimento que só é pleno quando a busca da prosperidade se alia à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, o que requer a inclusão social, mediante a observação dos consensos mundiais já formulados. Ele também falou sobre a Agenda 2030, como um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, com ênfase na necessidade de ação colaborativa de todos os atores envolvidos e na crença de que ninguém será deixado para trás, como propõe o texto da ONU.

De acordo com Sarney Filho, os 17 objetivos e 169 metas dos ODS ampliam o escopo e a ambição da atual agenda ambiental global e deverão inspirar as decisões dos governantes e demais atores envolvidos, nos próximos quinze anos, tanto nas dimensões nacional e internacional, quanto naquelas regional e sub-regional.

PROGRAMAÇÃO

O evento acontece entre hoje e amanhã, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em Brasília, com o objetivo de promover o compartilhamento de conhecimento e a troca de experiências para desenvolver abordagens integradas e fomentar a implementação dos resultados da Conferência Rio +20 e da Agenda 2030 na América Latina e no Caribe.

A programação inclui as sessões: Enfoque integrado e coerência de políticas para a Agenda 2030; A prática do desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe;

Ferramentas para o enfoque integrado e; Participação para a Agenda 2030 – Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Participaram da mesa de abertura a presidente do Ibama, Suely Araújo; o embaixador Niky Fabiancic, coordenador residente das Nações Unidas no Brasil; o diretor regional do PNUMA, Leo Heileman e o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin. Representando o MMA, participaram da mesa de abertura o secretário-executivo, Marcelo Cruz, e o secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Edson Duarte.

Acordo de Paris atinge adesão mínima necessária e entra em vigor em 30 dias.

Giovani Giradi. O Estado de São Paulo, 05/10/2016.

O acordo que prevê o combate às mudanças climáticas atingiu nesta quinta-feira a ratificação de 72 países, responsáveis por 56,75% das emissões de gases de efeito mundiais, um pouco acima dos requisitos mínimos. Entra em vigor oficialmente em 4 de novembro

O Acordo de Paris para o combate às mudanças climáticas atingiu nesta quarta-feira o limite mínimo de adesões para entrar em vigor, depois que 72 países ratificaram o texto, responsáveis por 56,75% das emissões de gases de efeito mundiais. Agora se somam 30 dias para ele oficialmente entrar em vigor (*): 4 de novembro, véspera do início da Conferência do Clima de Marrakesh.

Momento em que o Acordo de Paris foi fechado. Da esq. para dir.: Christiana Figueres, secretária executiva da Convenção do Clima da ONU, Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, Laurent Fabius, ministro das Relações Exteriores da França e o presidente francês, Francois Hollande. Reuters

Definido em dezembro do ano passado por 195 países mais a União Europeia durante a Conferência do Clima de Paris, precisava ser ratificado por ao menos 55 países, responsáveis por 55% das emissões, para entrar em vigor.

A primeira marca tinha sido alcançada em 21 de setembro, quando chegou a 60 o número de ratificações, mas na ocasião estavam cobertas apenas 47,76% das emissões. Ali já estavam comprometidos os pesos-pesados de poluição climática do mundo, como China e Estados Unidos e também o Brasil. No domingo, a Índia entrou no jogo. Na terça-feira, 4, o Parlamento Europeu também ratificou o acordo, abrindo espaço para que todos os países-membros da União Europeia também o fizessem.

O depósito da ratificação da União Europeia junto à Convenção do Clima da ONU (UNFCCC) ocorreu hoje, assim como o da Nova Zelândia, atingindo a marca necessária.

Passaram apenas 10 meses desde que o acordo foi fechado em Paris. O tempo de ratificação é recorde. Na prática isso significa que o mundo vai começar a fazer seus planos para implementar ações que possam reduzir as emissões de gases de efeito estufa a fim de limitar o aumento da temperatura média do planeta a menos de 2°C até o final do século, com esforços para ficar em no máximo 1,5°C.

“A velocidade com que os países fizeram com que fosse possível a entrada do Acordo da Paris em vigor é sem precedentes na experiência recente de acordos internacionais e é uma poderosa confirmação da importância de as nações combaterem as mudanças climáticas e perceberem a multiplicidade de oportunidades inerentes ao Acordo de Paris”, declarou em comunicado à imprensa Patricia Espinosa, secretária executiva da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC).

Na Conferência do Clima de Marrakesh, que será realizada entre 7 e 18 de novembro, já haverá a primeira reunião dos países para decidir os próximos passos do acordo.

Em contribuição ao acordo, cada país apresentou suas metas internas, as chamadas INDCs, que apresentam com quanto cada um pode colaborar em termos de redução das emissões. A conta, por enquanto, porém, não fecha com a meta final. Somados todos esses esforços, o mundo ainda segue num rumo de [aquecer em torno de 3°C até 2100](#). E enquanto isso o planeta continua aquecendo. A expectativa é que 2016 bata pelo [terceiro ano seguido o recorde de ano mais quente](#).

A rápida entrada do acordo em vigor dá mais tempo para que os países possam começar a se planejar para implementar seus planos de ação e também para tornar mais ambiciosas suas próprias metas a fim de conseguir conter o aquecimento.

“Trata-se de um passo histórico e de um momento definidor do que será o restante do século XXI. A velocidade com a qual o novo acordo foi adotado, assinado e enfim ratificado mostra que, após duas décadas de procrastinação, a política internacional começa a acertar o passo com o mundo real. Esperemos que não seja tarde demais”, afirmou na terça, por meio de nota, o Observatório do Clima.

Brasil. O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, elogiou a velocidade. “A entrada em vigor do Acordo de Paris, antecipadamente, significa que a sociedade global está preocupada com a questão climática e engajada para que as mudanças climáticas não atinjam níveis catastróficos como os prognósticos científicos indicavam”, disse.

Everton Lucero, secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, afirmou ao Estado que vê um “significado político muito grande” na entrada em vigor do acordo tão antes do esperado. “Quando o acordo foi fechado em Paris, a expectativa é que entraria em vigor somente em 2020”, disse.

Segundo ele, o Brasil já vinha trabalhando na preparação de uma estratégia para implementar as metas nacionais apresentadas como contribuição ao acordo, mesmo antes de ele entrar em vigor. O País se comprometeu, por exemplo, a zerar o desmatamento ilegal até 2030, e a aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética.

Lucero afirmou que o plano é divulgar uma primeira versão dessa estratégia em novembro, coincidindo com a entrada em vigor do acordo e com a COP de Marrakesh. “A partir daí vamos discutir com a sociedade e os diversos setores para enriquecer essa estratégia de modo que ela seja verdadeiramente nacional e responda a um novo plano de desenvolvimento para o País, que seja feito em bases sustentáveis e de baixas emissões de carbono.”

Brasil e Argentina estreitam relação no mercado de trigo. Fernando Lopes. Valor Econômico, 14/10/2016.

São Paulo O embaixador Rubens Barbosa, presidente da Abitrigo: fitossanidade em foco A Argentina confirmou as expectativas e recuperou, sob o governo do presidente Mauricio Macri, seu tradicional protagonismo no fornecimento de trigo ao Brasil, um dos maiores importadores globais do cereal. E essa relação está voltando a se aprofundar não só no que se refere aos volumes negociados entre ambos, mas também nas discussões sobre as políticas que regem o segmento. O objetivo é costurar consensos que consolidem a parceria nos fronts técnico e comercial.

Um sinal claro dessa reaproximação poderá ser observado em Campinas (SP) a partir de domingo, quando terá início o "XXIII Congresso Internacional do Trigo". Promovido pela Abitrigo, que representa 45 indústrias moageiras instaladas no Brasil, o evento ganhou um "prólogo" inesperado: a pedido da indústria argentina, as partes já sentarão à mesa antes mesmo da abertura, justamente para alinhar estratégias em questões como qualidade, sanidade e sustentabilidade, onde perduram regras distintas que podem afetar o fluxo comercial e a posição do Mercosul em negociações multilaterais.

"Temos muito interesse nessas discussões. Há questões como os diferentes limites para o uso de agrotóxicos [o Brasil é mais rigoroso que seus sócios no bloco sul-americano], por exemplo, que precisam ser resolvidas. Rotulagem e campanhas de promoção são outros assuntos que estão no foco. E também há questões comerciais. Somos importadores, é verdade, mas também produzimos e exportamos trigo, e nossos moinhos têm interesse em exportar farinha", afirmou o embaixador Rubens Barbosa,

presidente da Abitriço, ao Valor.

Barbosa lembrou que, de acordo com estimativas de mercado, as importações brasileiras de trigo argentino de fato deverão voltar a superar a barreira de 3 milhões de toneladas neste ano, certamente mais da metade do volume que será trazido de fora. Conforme estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no total as importações deverão alcançar 5,3 milhões de toneladas. Trata-se de um patamar semelhante ao de 2015 (5,5 milhões) e ao de 2014 (5,3 milhões), mas inferior ao que vinha sendo observado em anos anteriores (ver tabela acima) - um movimento que reflete, ao menos em parte, uma estagnação da demanda doméstica que tem relação com a crise econômica do país.

Barbosa reconhece que, sem as barreiras às exportações adotadas pela ex-presidente Cristina Kirchner, a Argentina é uma origem para importações praticamente imbatível para os moinhos brasileiros. Mas o embaixador realçou que, durante os anos de "retenciones" no vizinho, outros fornecedores se fortaleceram - notadamente o Paraguai e os Estados Unidos, sem contar o crescente interesse da Rússia em embarcar seu cereal para o Brasil. Ou seja, a concorrência aumentou e o poder de barganha dos moinhos brasileiros cresceu.

E cresceu na hora certa. Nesta safra internacional 2016/17, a marca é novamente uma oferta abundante. Estimativas atualizadas na quarta-feira pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) indicaram que a produção global alcançará 744,4 milhões de toneladas, 1,3% mais que em 2015/16. A demanda total deverá crescer mais - 3,4%, para 735,7 milhões de toneladas -, mas os estoques finais tendem a seguir gordos (248,4 milhões de toneladas). Nesse contexto, as cotações na bolsa de Chicago, apesar da forte alta de ontem, continuam deprimidas. Ontem os contratos futuros de segunda posição de entrega fecharam a US\$ 4,3475 por bushel, o que representa uma queda de 18% em 12 meses.

Brasil e Índia assinam acordos na área de pesquisa agropecuária. MAPA,

17/10/2016.

Parceria envolve genoma bovino e tecnologias de reprodução assistida

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa) assinou dois acordos com o governo da Índia, durante encontro entre o presidente Michel Temer e o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, nesta segunda-feira (17). O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) participou da solenidade, em Goa (Índia). Um dos acordos é de cooperação em genoma bovino e tecnologias de reprodução assistida, em parceria com o Departamento de Reprodução Animal, Laticínios e Pesca da Índia. O outro é um memorando de entendimento para cooperação na área de recursos genéticos, agricultura, zootecnia, recursos naturais e pesca e foi assinado com o Conselho Indiano de Pesquisa Agrícola.

O presidente Temer afirmou disse que o Brasil enviará missões à Índia com o objetivo de ampliar as relações entre os dois países no setor agropecuário, na indústria farmacêutica e na área de defesa. *(Com informações do Portal Planalto).*

Brasil negocia para entrar em novos mercados japoneses. MAPA, 18/10/2016.

Segundo Blairo Maggi, país busca fechar acordos para vender frutas e carne bovina in natura ao Japão

Avançar nas negociações para produtores brasileiros entrarem nos mercados japoneses de frutas e carne bovina in natura. Este é um dos objetivos da visita oficial do governo brasileiro ao Japão, segundo o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi.

Blairo faz parte da comitiva que acompanha o presidente da República, Michel Temer, em viagem ao Japão. O presidente fica no país asiático até quarta-feira (19).

De acordo com o ministro, o mercado japonês tem grande participação na compra de soja, milho, algodão e outros alimentos brasileiros. Blairo explicou que o país quer participar de mercados mais sofisticados, como de frutas, processadas ou não.

“Queremos participar também do mercado de carne in natura”, relatou. “Estamos em negociações, são questões sanitárias e fitossanitárias, de reconhecimento do sistema japonês e do brasileiro.”

Para Blairo, até meados de 2017, o Brasil terá condições de aumentar sua participação em frutas e em bovinos no mercado japonês. “É um mercado importante e, além de crescer, queremos manter o que conquistamos”, afirmou.

Conversa com investidores

Segundo o ministro, o presidente Temer, nas viagens pela Ásia, tem procurado trazer aos governos e investidores a tranquilidade de que o Brasil vive um processo democrático, de respeito aos contratos e aos acordos feitos no passado.

“É claro que temos de olhar para o futuro, criar novos empregos e novas oportunidades”, observou o ministro. “Na agricultura, viemos dizer aos investidores que temos grandes volumes a serem transportados, que o Brasil cada vez mais cresce na área de produção de grandes commodities.”

Todo esse volume, disse Blairo, precisa chegar ao destino final. Por isso, o país precisa de investimentos em ferrovias, estradas, portos, hidrovias e toda uma infraestrutura que permita deslocar essas mercadorias. *(Fonte: Portal Planalto)*

Estados Unidos abrem mercado a ovos férteis de peru do Brasil. MAPA,

19/10/2016.

Expectativa é que as vendas comecem até o final deste ano

Os Estados Unidos abriram o mercado para ovos férteis de peru brasileiro. O Departamento de Agricultura norte-americano aceitou o certificado veterinário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Com isso, as empresas nacionais interessadas podem iniciar as exportações aos EUA.

Os ovos férteis serão incubados nos Estados Unidos para a produção de matrizes de peru.

Segundo a Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal do Mapa, a expectativa do setor privado é que, até dezembro deste ano, cerca de 900 mil unidades sejam vendidas aos estados da Carolina do Norte, Minnesota e Iowa.

“A abertura do mercado norte-americano é o reconhecimento da excelente condição sanitária dos plantéis avícolas brasileiros”, diz o chefe da Divisão de Trânsito Nacional do Mapa, Rodrigo Padovani.

Mercado mundial precisa valorizar mais os alimentos brasileiros, diz ministro

interino. MAPA, 19/10/2016.

Em seminário em São Paulo, Eumar Novacki destaca papel do Brasil na preservação ambiental

O Brasil tem consciência da importância de seu papel na segurança alimentar, na conservação da biodiversidade e na redução dos impactos das mudanças climáticas, destacou o ministro interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Novacki, durante o seminário comemorativo aos 10 anos da moratória da soja, nesta quarta-feira (19), em São Paulo. Para ele, é preciso agora que o mundo também reconheça isso, valorizando e comprando mais os alimentos produzidos pelos agricultores brasileiros.

“Ao importar nossos produtos agropecuários, o mercado internacional está contribuindo para a preservação do nosso grande ecossistema.”

Novacki disse que o agronegócio brasileiro tem dois desafios pela frente: agregar valor aos seus produtos e atrair o mercado mundial para financiar a preservação ambiental. “O Brasil já está fazendo a sua parte, com investimentos em pesquisa e tecnologia. Isso

permite aos nossos agricultores produzir cada vez mais e melhor num mesmo espaço de terra.” Os ganhos de produtividade, acrescentou, têm possibilitado ao país reduzir os impactos ambientais, o que precisa ser valorizado pelo mercado global. O ministro interino estava acompanhado no evento pelo assessor especial do Mapa para o meio ambiente e sustentabilidade, João Campari.

O seminário foi promovido pelo Grupo de Trabalho da Soja (GTS), que reúne o setor privado –Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e empresas associadas –, a sociedade civil (Greenpeace, WWF-Brasil, TNC-Brasil, Imaflora, Ipam, Earth Innovation) e o governo federal (Ministério do Meio Ambiente e Banco do Brasil). A moratória da soja é, hoje, uma das principais iniciativas de combate ao desmatamento no bioma Amazônia e de orientação ao uso responsável dos seus recursos naturais.

Assinada em 24 de julho de 2006 pela Abiove, Anec e empresas associadas, a moratória da soja é um compromisso de desmatamento zero no bioma Amazônia. Por seu intermédio, essas entidades e empresas se comprometeram em não comprar nem financiar a soja cultivada em áreas desmatadas da Amazônia a partir de julho de 2006. O objetivo tem sido o de conciliar a conservação da biodiversidade do bioma com a produção de alimentos.

A moratória da soja faz o monitoramento por satélite de 87 municípios nos estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá. Na área monitorada, a taxa média de desflorestamentos observada depois da moratória (2009-2015) é seis vezes menor do que no período anterior (2002-2008), o que revela a eficácia dos diversos mecanismos de redução de desmate vigentes nos últimos anos.

Relatório de monitoramento

O Relatório de Monitoramento do Plantio de Soja no Bioma Amazônia na safra 2015/2016, elaborado pela Agrosatélite e auditado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostra que a principal cultura agrícola do país não tem sido um fator relevante de desmatamento naquela região, que ocupa quase metade do território brasileiro.

De acordo com o Grupo de Trabalho da Soja, os 37,2 mil hectares da oleaginosa da safra 2015/2016, em desacordo com a moratória, representam apenas 1,1% da área desmatada no bioma. Ainda segundo o GTS, no período dos 10 anos da moratória, foram alcançados dois objetivos: a criação de uma estrutura de governança pública para a produção responsável, que desestimulou o desmatamento; e a garantia de conservação da Floresta Amazônica aos grupos de clientes da soja brasileira.

O desafio do clima: Acordo de Paris entra em vigor em novembro. Júlio César

Centeno. Carta Maior, 24/10/2016.

A missão fundamental que deveria ser descarbonizar a economia mundial ficou reduzida a uma vaga referência.

O Acordo de Paris, aprovado por delegações de 193 países, em dezembro de 2015 – cujas ratificações começaram a ser realizadas em abril deste ano, desde os encontros na

sede central da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York –, devem entrar em vigor neste mês de novembro – nos próximos dias, portanto.

De acordo com a Secretaria do Convênio s Mudanças do Clima (UNFCCC, em sua sigla em inglês), o Acordo de Paris já foi ratificado por 74 países – segundo a mais recente atualização, em 5 de outubro de 2016 –, que juntos representam 59% do total de emissões globais de gases do efeito estufa. Segundo o estipulado no artigo 21, o Acordo de Paris deve se tornar efetivo 30 dias depois de confirmadas ao menos 55 ratificações de Estados-membros da convenção que aprovou o acordo, em dezembro, desde que eles envolvessem ao menos 55% das emissões totais de gases. Assim, o secretário geral da ONU, o sul-coreano Ban Ki-moon, anunciou a data oficial de ativação do acordo: 4 de novembro de 2016.

Entre os países que ratificaram o acordo, se encontram os principais emissores de gases: os Estados Unidos, os países que compõem a União Europeia, a China e a Índia. Na América Latina, o documento já foi ratificado por Argentina, Brasil, México, Bolívia, Peru, Cuba, Panamá, Belize, Guiana e Honduras.

Em setembro, durante seu último discurso como presidente na Assembleia Geral da ONU, Barack Obama disse que “se não atuamos com determinação para frear o aquecimento global, enfrentaremos sérios problemas, cidades que ficarão submersas, êxodos massivos, nações desabitadas, destruição de fontes de alimentos e conflitos provocados pela desesperança. Devemos saber superar a pobreza sem condenar nossos filhos a um planeta que não respeita a capacidade de regeneração dos seus recursos”.

O objetivo do Acordo de Paris é evitar que a temperatura média da superfície do planeta aumente mais de 2°C até o fim de deste século, num parâmetro de comparação com a temperatura média no fim da era pré-industrial. Isto significa, entre outros fatores, evitar que a concentração de gás carbônico na atmosfera supere as 450 partículas por milhão (ppm). Entretanto, o acordo não define nem a estratégia nem o caminho com o qual se deve buscar e alcançar tais objetivos.

Estudos realizados no final de 2015 mostravam que o aumento na temperatura superficial do planeta era de 1°C e a concentração de CO₂ se encontrava em 400 ppm. As tendências atuais conduzem a um na temperatura superficial numa média entre 3,7°C e 4,8°C até o final deste século, numa comparação com a era pré-industrial. Estas tendências representam uma emergência sem precedentes na história da humanidade. Um aumento de 4°C não é registrada desde meados do período Mioceno, há 10 milhões de anos. Logo, as tendências atuais nos levariam o mundo a transformações que tornariam o planeta um ambiente hostil e desconhecido para a espécie humana, e esse seria o legado que deixaríamos aos nossos descendentes.

O Acordo de Paris é um apanhador de contribuições voluntárias, determinadas por cada país segundo a sua própria iniciativa, sem coordenação entre as partes, sem caráter vinculante, sem condições ou penalizações em caso de os compromissos não serem cumpridos. E mesmo se todas estas expressões voluntárias de colaboração fossem realizadas tal qual o estabelecido no acordo – o que parece ser pouco provável que aconteça –, a humanidade se veria a caminho de um aumento médio da temperatura entre 3°C e 3,5°C.

As limitações do Acordo de Paris ficaram evidentes no 17º ponto do documento de conclusão da conferência COP21: “a Conferência das Partes observa com preocupação que os níveis estimados das emissões de gases do efeito estufa, entre 2025 e 2030, já como resultado das contribuições a nível nacional previstas e determinadas pelo acordo, não são compatíveis com o cenário de 2°C como aumento máximo da média da temperatura, que era o objetivo inicial das negociações”.

A missão fundamental que deveria ser descarbonizar a economia mundial, necessidade que vem sendo bastante debatida nas reuniões preparatórias, ficou reduzida a uma vaga referência: “as partes se comprometem a manter as emissões de carbono abaixo do nível máximo estipulado, e a começar a trabalhar nesse sentido o antes possível”, para logo explicar que a finalidade é “alcançar um equilíbrio entre as emissões antropogênicas por parte das fontes e a absorção antropogênicas por parte dos mecanismos desenvolvidos para atenuar os efeitos até a segunda metade deste século”.

Para se obter o máximo de aumento médio de 2°C, com uma probabilidade de ao menos 66%, é necessário que as emissões acumuladas de todos os gases durante o período entre 1850-2100 se mantenham abaixo das 3.670 gigatoneladas de CO2. O máximo possível de emissões no período entre 2015 e 2100, para se alcançar esse objetivo, é de apenas 855 gigatoneladas de CO2, o que implica deixar ao menos dois terços das reservas de gás e petróleo debaixo da terra.

O objetivo dos 2°C como aumento máximo requer melhoras substantivas dos compromissos assumidos em Paris, particularmente por parte dos países que mais contribuíram com a gestação da ameaça climática que a humanidade enfrenta hoje. Os países industrializados, que reúnem 18% da população mundial, geraram 72% das emissões de CO2 acumuladas entre 1850 e 2014. Entretanto, o Acordo de Paris conseguiu evadir essas desproporcionadas responsabilidades históricas.

Países como a Venezuela devem analisar com calma as delicadas implicações da entrada em efeito do Acordo de Paris, cujo objetivo implícito é a superação de um desenvolvimento econômico dependente do consumo de petróleo e outros combustíveis fósseis em apenas algumas décadas. Outros países, como o Canadá, criaram impostos específicos às emissões de CO2 – no caso canadense, funcionará a partir de 2018, e cobrará 7,60 dólares por tonelada, com um aumento anual da mesma magnitude, até alcançar os US\$ 38 em 2022. Assim, se estabelecerá, a curto prazo, um imposto equivalente a US\$ 16 por barril de petróleo.

Ministro fala sobre sustentabilidade da agropecuária brasileira para embaixadores de 21 países. MAPA, 26/10/2016.

Blairo Maggi também defendeu a necessidade de ampliar o comércio entre o Brasil, a Ásia e a Oceania

Embaixadores de 21 países da Ásia e Oceania se reuniram com o ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em um almoço na Embaixada da Tailândia nesta quarta-feira (26). Eles conversaram sobre a importância da ampliação do comércio do Brasil com os dois continentes.

Além da parceria comercial, o ministro apresentou aos embaixadores dados mostrando a sustentabilidade da agropecuária brasileira. “Os produtores brasileiros possuem uma consciência muito grande da importância da preservação ambiental, que não existe em nenhum outro país do mundo”, assegurou.

Blairo Maggi disse ainda que a preocupação com o meio ambiente tem um custo elevado para os produtores e defendeu que isso seja reconhecido pelo mundo nas negociações. Ele lembrou que o Código Florestal brasileiro tem exigido a preservação de áreas dentro das propriedades rurais e que o controle sobre elas está sendo monitorado por meio de satélites.

Ao final, o ministro recebeu convite para visitar Bangladesh e ampliar o mercado com o país asiático.

Governo brasileiro participa de diálogo com o Japão para atrair investimentos em infraestrutura. MAPA, 27/10/2016.

Japoneses veem a melhoria da rede de transporte de grãos como oportunidade de negócios

O governo brasileiro está aberto ao diálogo e disposto a desenvolver parcerias para a melhoria da infraestrutura e transporte de grãos no país. A informação foi dada pelo diretor de Promoção Internacional do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Eduardo Marques Sampaio, durante seminário promovido pelo Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca do Japão e pela embaixada daquele país no Brasil, nesta quinta-feira (27), em Brasília.

A produção agrícola do Centro-Norte do Brasil está se expandindo, o que abre espaço para investimentos em infraestrutura e logística nessa área. Tanto é assim que empresários e investidores japoneses têm mostrado interesse na região, principalmente na nova fronteira agrícola formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia, também conhecida como Matopiba.

De acordo com estudo do Mapa, o Matopiba terá um crescimento percentual maior que o do Brasil na produção de grãos. Na temporada 2015/2016, a safra foi de cerca de 12,7 milhões de toneladas e a projeção para os próximos dez anos é que salte para 24,4 milhões de toneladas.

“O Brasil é um grande produtor agropecuário, competitivo no mercado internacional, mas pode se tornar ainda mais com a melhoria do transporte e do armazenamento de grãos”, salientou Eduardo, durante a apresentação para representantes japoneses de tradings, empresas de investimentos, transporte, agroquímicos, alimentação, ambiental, máquinas, armazenagem, financeiro, publicidade e seguradoras. O encontro também tem a participação da Câmara de Comércio do Japão e da Agência de Cooperação do Japão.

'Está correta a estratégia do país nas negociações internacionais'. Fernando Lopes. Valor Econômico, 31/10/2016.

Camargo Neto: equacionamento de barreiras sanitárias e fitossanitárias é fundamental para a ampliação de fronteiras Principal marca do início da gestão do atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, as negociações para a abertura de mercados para produtos do agronegócio brasileiro têm rendido resultados comemorados pelo governo e reconhecidos pela iniciativa privada. E para Pedro de Camargo Neto, que quando trabalhou no Ministério da Agricultura foi o idealizador dos contenciosos abertos - e vencidos - pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios europeus ao açúcar e americanos ao algodão, no início dos anos 2000, não há outro caminho a seguir.

Valor: Como o sr. avalia a atual estratégia do governo para abrir mercados para o agronegócio?

Pedro de Camargo Neto: O que é possível obter no curto prazo na ampliação de mercados externos através do equacionamento de barreiras sanitárias e fitossanitárias é maior que qualquer negociação de redução de tarifas no âmbito bilateral ou multilateral pode obter. Não quero dizer com isso que essas negociações comerciais devem ser menosprezadas. Devem existir ações em todas as frentes. O ministro Blairo Maggi esta correto em sua estratégia.

Valor: Esse início de gestão do ministro Blairo Maggi tem sido marcado pela proliferação de viagens, e já era assim na gestão da ministra Kátia Abreu. Esse protagonismo da agricultura é bem vindo?

Camargo Neto: A viagem de um ministro de Estado, sua presença no país importador, é vetor de transformação em três frentes. O Ministério da Agricultura é obrigado a fazer sua lição de casa. Estar preparado para ser auditado. Não basta ter sanidade. É preciso garantir essa sanidade, o que envolve ações e burocracias internas onde temos grande fragilidade.

Valor: E as outras vantagens?

Camargo Neto: A presença de um ministro de Estado [nas missões comerciais] também obriga o Itamaraty a sair de sua zona de conforto e tem influência nos trabalhos das Embaixadas e seus diplomatas. Outro ponto ganho. E por último, o país estrangeiro, ao receber um ministro, oferece a necessária prioridade para os temas do Brasil. Com essas frentes, fico otimista com os resultados futuros.

Valor: Como o sr. avalia os resultados do recente giro de Blairo por sete países da Ásia?

Camargo Neto: Talvez fosse mais eficiente ter enviado missões precursoras. Acredito, porém, que o ministro acabou obtendo grande experiência nesses 20 dias. Aprendeu tudo e mais um pouco sobre abertura de mercado com questões sanitárias. Certamente está melhor preparado para derrubar barreiras sanitárias. Terá tempo suficiente para colocar seu conhecimento a serviço da agricultura do Brasil.

Valor: A preocupação sanitária é real ou se trata apenas de uma nova forma de protecionismo?

Camargo Neto: As barreiras não são necessariamente mero protecionismo comercial. Os vírus, bactérias e moscas realmente existem. O Brasil tem dimensão continental, com inúmeros pontos de entrada, até para novos problemas. Crescemos muito. Agora é preciso mostrar e garantir que avançamos, pois é extremamente fácil um setor concorrente, ou mesmo uma burocracia técnica estrangeira, dificultar esse progresso. Garantir sanidade exige comprovar que temos os controles para isso. Tão importante quanto isso é, identificado um evento de perigo, agir de imediato com eficiência. Tudo isso requer um setor público e privado atuando em confiança e conjuntamente.

Valor: E a sanidade no país?

Camargo Neto: As exportações cresceram muito apoiadas por um serviço público na área de defesa agropecuária eficiente. No escritório de Brasília, porém, há falhas burocráticas. O ministro Blairo está tomando ciência dessas deficiências internas e deve agir melhorando o trabalho do ministério.

Valor: E o papel do Brasil nas grandes negociações multilaterais.

Camargo Neto: Negociação tarifária bilateral, regional ou multilateral depende muito dos outros. É preciso o interesse de um ou mais países. Na multilateral, de 164 países. Estamos quase parados nessas negociações - e quem está parado, na verdade, está andando para trás.

Valor: As negociações com a União Europeia são um exemplo?

Camargo Neto: Há duas décadas falamos que negociamos com a União Europeia. Perdemos uma oportunidade em 2006 e agora, com o Brexit [a saída do Reino Unido da

UE], será muito mais difícil avançar, diria impossível, por alguns anos. O mundo não parou e muitos acordos foram negociados.

Valor: E os EUA estão ativos...

Camargo Neto: Sem dúvida. Entre outras ações, os EUA vêm negociando com a União Europeia o TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership). Assinou recentemente o TPP (Trans Pacific Partnership) com 12 países da região do Pacífico, que agora precisará ser ratificado pelo Congresso. Mas o TPP é polêmico, e tanto Hillary Clinton [candidata democrata à presidência dos EUA] como Donald Trump [candidato republicano] se manifestaram contra sua aprovação. Felizmente para o Brasil, pois, caso o TPP seja aprovado, a agricultura ficará em uma condição muito desconfortável.

Valor: E os americanos são concorrentes fortes em algumas áreas...

Camargo Neto: O tipo de pressão comercial que poderemos sofrer pode ser visto analisando o resultado do acordo de livre comércio que o EUA assinou em 2012 com a Coreia do Sul. Na carne bovina, por exemplo, as tarifas, que hoje são de cerca de 40%, serão gradualmente reduzidas até zero em 15 anos. Hoje não vendemos para a Coreia em função de barreira sanitária. No dia que convenceremos seu governo que não existe o risco da exportação de carne transmitir o vírus da febre aftosa, iremos constatar que o EUA, nosso principal concorrente, já negociou uma redução tarifária. Teremos que vender mais barato para compensar o imposto maior. Talvez não consigamos vender. Com o TPP, esse tipo de dificuldade foi levado para os 12 países - alguns, como o Japão, grandes importadores de carne.

Valor: Então não houve avanço das negociações multilaterais?

Camargo Neto: Depois de um quarto de século, pois a negociação multilateral para oferecer equidade no comércio agrícola se iniciou em Punta Del Este em 1986, avançamos um pouco. A reunião ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Nairóbi, no Quênia, finalmente restringiu os subsídios diretos a exportação, um dos três pilares em que a negociação foi estruturada. É verdade que esse tipo de subsídio, que era elevado no início, nos últimos anos vinha sendo pouco utilizado. Representa um importante avanço pois esse tipo retrocesso não deve mais acontecer.

Valor: E como o Brasil conseguiu se posicionar nesse processo?

Camargo Neto: Foi a liderança do Brasil que conseguiu esse avanço. Qualquer progresso na equidade no comércio agrícola passa pela liderança do Brasil. Consenso entre mais de uma centena de países é uma construção muito complexa. Qualquer decisão exige uma maioria para pressionar os retardatários. Na liberalização agrícola nada vai acontecer sem a liderança política do Brasil, um dos líderes comerciais de fato no mercado internacional.

Valor: Foi assim em Nairóbi?

Camargo Neto: Nairóbi foi um bom começo. Reassumimos papel de destaque entre os países em desenvolvimento, espaço que tínhamos perdido desde a reunião de Bali [Indonésia] para a Índia. Em junho, o Brasil apresentou em Genebra uma proposta interessante de organização do debate e da futura negociação sobre os avanços necessários no pilar dos subsídios domésticos. Esse é o tema na mesa de negociação, pois a discussão sobre reduções de barreiras tarifárias não é a prioridade em Genebra. A liderança do Brasil será essencial para avançarmos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa